



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Brasília, 18 de setembro de 1961.

No Palácio do Planalto, pelo transcurso do 15.º aniversário da Constituição do País.

Hoje, mais do que nunca, fiel ao meu mandato popular, quero proclamar a minha confiança nas instituições democráticas e reafirmar o juramento que fiz, perante o povo, de guardar a Constituição em toda a sua plenitude e na dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra, observando e fazendo observar os novos postulados constitucionais que implantaram no País o regime parlamentar.

Muitos terão descrido do regime democrático; alguns terão desesperado de defendê-lo; outros terão pretendido golpeá-lo; mas o povo ensinou-nos como sustentá-lo, na resistência admirável daqueles dias de incerteza e de angústia que, juntos, vencemos, todos nós — autoridades, trabalhadores, estudantes, intelectuais, forças armadas, clero, classes produtoras e, na expressão da síntese mais legítima, o Congresso Nacional.

A democracia reafirmou-se em toda a sua grandeza; o povo ainda mais se vinculou às instituições, e os que buscamos honrar o mandato que êle, nas urnas, nos conferiu, revigoramos a nossa fé na destinação histórica da nossa pátria. Na recente crise política que abalou o País, em verdade o grande vencedor foi o povo, ao qual ninguém pode arrebatrar a palavra decisiva.

Bem haja que se possa assinalar a data em que se comemora o 15º aniversário da proclamação da Constituição em plena tranquilidade da ordem institucional, no absoluto respeito aos direitos e às garantias individuais, na preservação mais segura das liberdades públicas, na confirmação mais enfática dos direitos sociais.

Não estarei dizendo novidade, entretanto, ao afirmar que a crise política, há pouco superada, deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social em que se debate o País, e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros, para o combate sem trégua às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-la se ameaça a preterição dos problemas essenciais. Estou certo de que o Congresso Nacional, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à Nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando, de maneira prudente, porém segura, problemas como o da reforma agrária, o dos abusos do poder econômico, o da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas; regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas de maior alcance social, que ainda figuram no texto da Carta Magna como meras conquistas sem efetividade prática, de modo, enfim, que o povo sinta que, ao defender o regime democrático, defende, em verdade, seus próprios interesses, que são os superiores interesses do País.

Não teremos compreendido o fenômeno que se evidenciou em termos políticos se não tivermos a coragem de enfrentar os problemas fundamentais do País. Para esta obra, entretanto, a ninguém é dado excluir-se. Nem será menor a responsabilidade de uns do que a de outros. Todos, sobretudo os que têm uma parcela de liderança, estão convocados para a obra comum: a imprensa, os professores, os magistrados, os intelectuais em seu sentido mais amplo, os estudantes, os trabalhadores das cidades e dos campos, os religiosos de tôdas as crenças, as forças armadas e as classes produtoras, os representantes do povo nas Câmaras Municipais, nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional. Não podemos, povo e Govêrno, adiar a sistematização e a concretização das soluções que a análise em profundidade da problemá-

tica brasileira nos imponha, sem que nos exponhamos à condenação mais severa das gerações vindouras.

Maior nação da América Latina, temos consciência da nossa responsabilidade, como fator decisivo do seu equilíbrio, na atual conjuntura mundial. Inaugura-se amanhã nova Assembléia das Nações Unidas, e o Brasil estará presente para defender a sua tradicional política — já definida pelo Conselho de Ministros — em favor da autodeterminação de todos os povos e contra a intervenção nos assuntos internos de cada país. Esses princípios fundamentais podem e devem ser sustentados sem alarde, porém de maneira firme e corajosa. Somos uma nação adulta, ciosa da sua independência, e não só respeitamos a independência alheia, como também entendemos que cada povo deve escolher livremente os seus rumos e as suas soluções.

Fazendo-me eco da posição do Governo e dos anseios populares, dirijo um veemente apêlo a todos os países representados naquela Assembléia, para que encontrem o caminho do entendimento que conduza à paz. Desarmem-se os espíritos, eliminem-se prevenções e intolerâncias, de modo que possam ser colocadas a serviço da saúde, da educação e do bem-estar dos povos as fabulosas somas que atualmente se empregam e se esterilizam na produção e manutenção de armamentos. Enquanto a fome aflige mais da metade da população do mundo, bombas atômicas e outros engenhos são experimentados, numa afronta aos sentimentos e às aspirações pacíficas da humanidade. Cessem as explosões nucleares e os preparativos guerreiros, utilizando-se os gastos astronômicos que isso acarreta no atendimento da necessidade dos povos subdesenvolvidos, sem quebra, entretanto, do respeito à soberania de cada um.

As sábias lições de Sua Santidade o Papa João XXIII, expressas na admirável encíclica "Mater et Magistra", devem aqui ser lembradas: "Mas ao prestarem as nações mais florescentes seu auxílio às menos favorecidas, não só é necessário que reconheçam e respeitem sua individualidade, mas tenham todo o cuidado para que, ao ajudá-las, não queiram constrangê-las a imitar sua forma de vida. Além disso, os países economicamente desenvolvidos devem precaver-se para que, ao ministrarem auxílio aos menos

prósperos, não tenham em vista aproveitar-se da situação para exercer planos de predomínio. Se isto vier a dar-se, deve-se declarar explicitamente que, nesse caso, se procura, na verdade, instaurar uma forma de colonialismo que, embora disfarçada sob um nome aceitável, representa antiga dominação da qual, nos tempos recentes, muitos povos se libertaram e que, prejudicando as relações entre os povos, constitui um perigo para a paz mundial.”

O povo brasileiro, no instante em que comemora a data da sua Constituição, e se orgulha de vê-la preservada e sustentada por êle próprio, expressa a sua mensagem de fraternidade aos povos de todo o mundo e, em particular, àqueles que lutam como nós estamos lutando pela liberdade econômica.

Ao celebrarmos o 15º aniversário da Constituição, reafirmo a minha confiança na capacidade política do nosso povo, no seu espírito de fidelidade às instituições democráticas e na determinação já comprovada de não recuar diante de qualquer obstáculo na grande luta pela emancipação nacional. Sem distinção de credos nem de ideologias, unamo-nos todos na construção da pátria comum, pelo amanhã dos nossos filhos e pela tranqüilidade das nossas famílias, na certeza de um povo que se fará próspero pelo trabalho e, no aprimoramento da sua cultura, há de encontrar os meios de renovação e fortalecimento da sua crença na democracia sinceramente praticada, como o regime ideal em que os privilégios de alguns não se sobreponham aos impostergáveis direitos do povo brasileiro.